

“SOBREVIVENDO NO INFERNO”: RACIONAIS MC’S E O RAP COMO UMA FONTE POSSÍVEL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Cláudio Henrique Ribeiro dos Santos Silva¹

Camila Ferreira de Lima²

Keli Maria Rodrigues da Silva³

Vinícius de Melo Silva⁴

Janaína Guimarães da Fonseca e Silva⁵

RESUMO

Este artigo analisa o potencial do rap, com foco no álbum "Sobrevivendo no Inferno" do grupo Racionais MC's, como fonte e ferramenta pedagógica no ensino de História, sob uma perspectiva decolonial e antirracista. Partindo da constatação de que a historiografia tradicional e o ensino escolar frequentemente silenciam as produções culturais e as experiências de populações marginalizadas, especialmente a população negra periférica, argumenta-se que o rap emerge como uma narrativa contra-hegemônica. Este gênero musical, nascido nas periferias, articula as vivências cotidianas marcadas pela violência estatal, racismo (KILOMBA, 2019) e desigualdade social (LOUREIRO, 2016), funcionando como um registro testemunhal e um catalisador para a reflexão crítica. Suas letras denunciam a necropolítica (MBEMBE, 2016) brasileira. A metodologia adotada envolve pesquisa bibliográfica e análise qualitativa das letras do Racionais MC's e de outros expoentes do rap, à luz de referenciais teóricos decoloniais (QUIJANO, 2005; WALSH, 2009), da interculturalidade crítica (CANDAU, 2020), e de pensadoras/es negras/os (HOOKS, 2017; MBEMBE, 2016; GILROY, 2001; EVARISTO, 2005; AKOTIRENE, 2018). Os resultados indicam que o rap, ao dialogar com a realidade de estudantes racializados, possui imenso potencial pedagógico para promover um ensino de História mais significativo, crítico e engajado com as lutas por emancipação, contribuindo para a efetivação de uma educação antirracista e para a valorização de saberes historicamente subalternizados.

Palavras-chave: Ensino de História, Rap, Racionais MC's, Decolonialidade, Fonte Histórica.

INTRODUÇÃO

A escrita da História, por muito tempo, privilegiou fontes consideradas "oficiais", como documentos governamentais e registros estatais, relegando ao esquecimento outras formas de expressão da experiência humana. Produções materiais do cotidiano, narrativas orais, manifestações artísticas e culturais de grupos subalternizados foram frequentemente ignoradas, refletindo uma hierarquia que definia quem seria "digno" de figurar nas páginas da história. A emergência de novas abordagens historiográficas, como a Escola dos Annales a partir da década de 1930, contribuiu para uma significativa

¹ Mestrando do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE.

² Mestrando do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE.

³ Mestrando do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE.

⁴ Mestrando do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE.

⁵ Professor orientador: Prof. Dra. Universidade de Pernambuco – UPE.



ampliação do conceito de fonte histórica, abrindo horizontes para a análise de uma multiplicidade de documentos e vestígios deixados pelas sociedades (LE GOFF, 1990). Fotografias, filmes, músicas, testemunhos orais, entre outros, passaram a ser considerados documentos relevantes para a compreensão do passado.

No entanto, mesmo com essa abertura, percebe-se uma persistente invisibilidade das produções culturais de determinados grupos, notadamente da população negra brasileira, tanto na pesquisa acadêmica quanto, e talvez de forma mais impactante, no ensino de História. O currículo escolar, muitas vezes pautado por uma visão eurocêntrica e pela colonialidade do saber, tende a silenciar ou estereotipar as contribuições e vivências afro-brasileiras, perpetuando o racismo epistêmico e dificultando a construção de identidades positivas por parte de estudantes negros/as.

Nesse contexto de silenciamentos e exclusões, emerge o rap (Rhythm and Poetry - Ritmo e Poesia) como uma potente manifestação cultural e artística da diáspora africana. Surgido nos guetos de Nova York no final da década de 1960, vinculado à cultura hip-hop e seus quatro elementos (DJ, MC, Breakdance e Grafite), o rap encontrou terreno fértil no Brasil a partir dos anos 1980, inicialmente nos bailes black de São Paulo e Rio de Janeiro e consolidando-se nas periferias urbanas. É nesse espaço social que o rap se torna um canal de expressão para as angústias, resistências e aspirações de uma juventude majoritariamente negra e pobre, cujas realidades são frequentemente marcadas pela violência policial, pelo racismo estrutural, pela precarização da vida e pela ausência do Estado, exceto em sua face repressora.

Dentre os expoentes do rap nacional, o grupo Racionais MC's ocupa um lugar central. Formado por Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay, o grupo emergiu no início dos anos 1990 e se consolidou como uma das vozes mais contundentes das periferias paulistanas e, por extensão, do Brasil. Suas letras, marcadas por uma linguagem direta e crua, narram o cotidiano da "vida loka", denunciando a brutalidade policial, o encarceramento em massa, as desigualdades sociais e raciais, e a falácia do mito da democracia racial. O álbum "Sobrevivendo no Inferno", lançado em 1997, é considerado um marco na música brasileira. Com faixas como "Diário de um Detento", "Capítulo 4, Versículo 3" e "Mágico de Oz", o álbum não apenas alcançou enorme sucesso comercial e crítico, furando bloqueios midiáticos, mas também se tornou uma referência fundamental para a identidade e a consciência política de gerações de jovens negros/as e periféricos/as.



Diante da força narrativa e do impacto social do rap, em especial da obra dos Racionais MC's, este artigo propõe analisá-lo como uma fonte histórica e uma ferramenta pedagógica potente para o ensino de História. Argumenta-se que as letras de rap, ao registrarem experiências e perspectivas frequentemente ausentes nos materiais didáticos tradicionais, podem contribuir para um ensino mais crítico, engajado e conectado com as realidades dos/as estudantes, especialmente aqueles/as atravessados/as pelas marcas da racialização e da exclusão social. Trata-se de reconhecer o rap não apenas como objeto de estudo, mas como uma produção de conhecimento válida, uma "escrevivência" (EVARISTO, 2005) que articula memória, identidade e denúncia.

Para tanto, este trabalho se fundamenta em uma perspectiva decolonial e da interculturalidade crítica. A decolonialidade, como proposta por autores como Aníbal Quijano (2005), Nelson Maldonado-Torres (2018) e Catherine Walsh (2009), busca desvelar e confrontar a "colonialidade do poder, do saber e do ser" – a lógica de dominação racial, epistêmica e ontológica que persistiu mesmo após o fim do colonialismo político e que estrutura as sociedades modernas, inferiorizando conhecimentos, identidades e formas de vida não-europeias. A interculturalidade crítica, por sua vez, conforme desenvolvida por Walsh (2009) e Vera Candau (2020), propõe um diálogo entre diferentes culturas e saberes que não se limite ao reconhecimento superficial da diversidade (interculturalidade funcional), mas que questione as assimetrias de poder e promova a construção de relações mais justas e equitativas, articulando políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008).

Nessa chave interpretativa, o rap pode ser compreendido como uma prática decolonial insurgente. Suas narrativas desafiam a visão hegemônica da história e da sociedade, expõem as feridas da colonialidade e da necropolítica – a gestão da morte e da exposição ao risco como forma de controle de populações consideradas descartáveis (MBEMBE, 2016). Ao mesmo tempo, o rap se insere nas dinâmicas culturais do Atlântico Negro (GILROY, 2001), um espaço transnacional de trocas e reelaborações culturais da diáspora africana, constituindo uma contracultura da modernidade. Pensar o rap no ensino de História, portanto, implica em reconhecer a escola como um espaço atravessado por essas tensões e disputas, e buscar "pedagogias outras", práticas que promovam a transgressão e a liberdade (HOOKS, 2017), considerando a interseccionalidade de raça, classe e gênero (AKOTIRENE, 2018) que marca as experiências dos sujeitos.

O objetivo geral deste artigo é, assim, explorar as potencialidades do álbum "Sobrevivendo no Inferno" dos Racionais MC's e do rap em geral como fonte histórica e



como disparador de reflexões críticas no ensino de História, a partir de um referencial decolonial e antirracista, visando contribuir para práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem os saberes e as vivências das populações negras e periféricas.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, buscando compreender em profundidade o fenômeno do rap como expressão cultural, fonte histórica e ferramenta pedagógica no contexto do ensino de História. A metodologia empregada articula pesquisa bibliográfica com a análise de fontes musicais específicas, notadamente as letras contidas no álbum "Sobrevivendo no Inferno" (1997) do grupo Racionais MC's e, complementarmente, a canção "Pedagoginga" (2017) do rapper Thiago Elniño.

A pesquisa bibliográfica abrangeu trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações, teses) que discutem a história do rap no Brasil, a obra dos Racionais MC's, o uso da música e de fontes não convencionais no ensino de História, a historiografia sobre a população negra, bem como os referenciais teóricos que fundamentam a análise: os estudos decoloniais, a interculturalidade crítica, a necropolítica, o conceito de Atlântico Negro, a escrevivência e a interseccionalidade. Essa revisão permitiu situar a discussão e construir o arcabouço conceitual para a análise das fontes musicais.

A análise das letras de rap foi realizada a partir de uma perspectiva hermenêutica, buscando interpretar os significados explícitos e implícitos das composições em seu contexto histórico e social de produção e recepção. Considerou-se a linguagem utilizada, as temáticas abordadas, as críticas sociais presentes e as representações sobre identidade, território, violência e resistência. Essa análise foi informada pela lente decolonial, atentando para como as letras contestam narrativas hegemônicas, denunciam os efeitos da colonialidade do poder, do saber e do ser e expressam saberes e epistemologias produzidas a partir das margens.

A seleção do álbum "Sobrevivendo no Inferno" justifica-se por sua centralidade na história do rap nacional e por sua densidade temática ao retratar a realidade das periferias paulistanas nos anos 1990, abordando questões cruciais como o Massacre do Carandiru (implícito em "Diário de um Detento"), a violência policial, o racismo e a luta pela sobrevivência. A música "Pedagoginga" de Thiago Elniño foi incluída por dialogar diretamente com a crítica ao sistema educacional eurocêntrico e propor uma "pedagogia



da ginga”, conectada aos saberes afro-brasileiros, oferecendo um contraponto e uma reflexão sobre a própria prática pedagógica.

Por fim, a metodologia buscou costurar a análise das fontes musicais e da bibliografia para discutir as potencialidades pedagógicas do rap no ensino de História. Refletiu-se sobre como esse gênero pode ser utilizado não apenas como ilustração ou tema transversal, mas como um eixo articulador para trabalhar conteúdos históricos, desenvolver o pensamento crítico, promover o letramento racial e estabelecer diálogos interculturais em sala de aula, contribuindo para uma prática docente antirracista e decolonial.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise proposta neste artigo ancora-se em um conjunto de referenciais teóricos que convergem na crítica às estruturas de dominação herdadas do colonialismo e na valorização de epistemologias e práticas insurgentes. O pensamento decolonial, a interculturalidade crítica e os aportes de intelectuais negras/os formam a base conceitual para compreender o rap, especialmente a obra dos Racionais MC's, como fonte histórica e ferramenta pedagógica contra-hegemônica.

O pensamento decolonial oferece ferramentas cruciais para desvelar as lógicas de poder que subjazem à modernidade ocidental. Partimos das contribuições de autores como Aníbal Quijano (2005), que cunhou o conceito de "colonialidade do poder" para explicar como a ideia de raça foi fundamental na estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, estabelecendo hierarquias que perduram até hoje. Nelson Maldonado-Torres (2018) aprofunda essa análise ao discutir a "colonialidade do ser", que implica na desumanização e inferiorização ontológica de determinados grupos, e a "colonialidade do saber", que deslegitima conhecimentos produzidos fora do cânone eurocêntrico. Catherine Walsh (2009, 2013) articula a decolonialidade a um projeto político e epistêmico que busca "in-surgir, re-existir e re-viver" a partir das margens. Essas perspectivas são essenciais para analisar como o rap contesta a narrativa histórica oficial e expõe as feridas ainda abertas da experiência colonial.

A interculturalidade crítica, desenvolvida por Vera Candau (2020) e Catherine Walsh (2009), funciona como o braço pedagógico da decolonialidade. Diferente de uma interculturalidade funcional, que apenas reconhece a diversidade cultural sem questionar as estruturas de poder, a perspectiva crítica parte do problema da diferença colonial e



racializada (WALSH, 2009, p. 21-22). Ela propõe um diálogo entre culturas e saberes que vise não apenas o reconhecimento mútuo, mas a transformação das relações assimétricas de poder, articulando políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008, p. 52). Pensar o ensino de História a partir dessa chave implica em questionar o currículo monocultural e buscar práticas pedagógicas que promovam o diálogo horizontal entre diferentes conhecimentos, incluindo aqueles historicamente silenciados, como os saberes produzidos nas periferias e expressos no rap.

Os estudos de intelectuais negros/os fornecem lentes indispensáveis para analisar as especificidades da experiência negra na diáspora e as formas como o racismo opera. Achille Mbembe (2016) contribui com o conceito de "necropolítica", fundamental para entender a gestão estatal da morte e da violência que incide desproporcionalmente sobre corpos negros, tema recorrente nas letras dos Racionais. Paul Gilroy (2001) oferece o conceito de "Atlântico Negro" como um espaço transnacional de formação cultural e política, uma contracultura da modernidade onde se inserem manifestações como o rap, evidenciando a "intimidade diaspórica" (GILROY, 2001, p. 59). Grada Kilomba (2019) ilumina as dimensões cotidianas e psicológicas do racismo através de suas análises sobre as "memórias da plantação". Bell Hooks (2017) inspira a pensar a educação como prática de liberdade e transgressão, desafiando as estruturas opressoras dentro e fora da sala de aula. Carla Akotirene (2018) traz a ferramenta da "interseccionalidade" para complexificar a análise, mostrando como raça, classe, gênero e outras marcas sociais se entrelaçam na produção das desigualdades. Por fim, Conceição Evaristo (2005) presenteia-nos com a noção de "escrevivência", uma escrita que emerge da experiência vivida da mulher negra, mas que ressoa com a necessidade de narrar a história a partir do corpo e da memória subalternizada, algo que o rap realiza de forma potente.

A articulação desses referenciais permite analisar o rap não como um mero objeto cultural exótico, mas como um discurso histórico e político relevante, uma expressão epistêmica das margens que desafia a colonialidade e oferece caminhos para uma prática pedagógica antirracista, interculturalmente crítica e decolonial no ensino de História.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A análise do álbum "Sobrevivendo no Inferno" e de outras manifestações do rap, à luz dos referenciais decoloniais e da interculturalidade crítica, revela sua profunda relevância como fonte para a compreensão da história recente do Brasil e como ferramenta pedagógica transformadora no ensino de História.

"Sobrevivendo no Inferno": Testemunho e Contranarrativa da Periferia

Lançado em 1997, "Sobrevivendo no Inferno" emerge em um contexto de acirramento das tensões sociais no Brasil pós-redemocratização, marcado pela persistência (e até aprofundamento) da desigualdade, pela violência urbana crescente e pela falência de um projeto de nação inclusivo. O álbum funciona como um retrato contundente da vida nas periferias de São Paulo, mas suas mensagens ecoam em inúmeras outras quebradas pelo país. As letras do álbum são atravessadas por temas recorrentes: a onipresença da violência, seja ela a brutalidade policial ("Capítulo 4, Versículo 3"), a lógica do crime ("Mágico de Oz") ou a violência estrutural que confina os sujeitos a um ciclo de exclusão e morte. A faixa "Diário de um Detento", co-escrita por Jocenir, ex-detento sobrevivente do Massacre do Carandiru, tornou-se um hino de denúncia das condições desumanas do sistema carcerário e da necropolítica estatal que gere a vida (e a morte) das populações encarceradas. Essa faixa, em particular, exemplifica o rap como um registro testemunhal, uma voz que rompe o silêncio imposto aos marginalizados.

O racismo estrutural é outro elemento central. Os Racionais MC's explicitam como a cor da pele determina trajetórias e limita oportunidades ("aqui quem não é visto não é lembrado"), desafiando frontalmente o mito da democracia racial. A identidade negra periférica é afirmada não como um fardo, mas como um lugar de resistência e produção de sentido, ainda que permeado por dores e contradições ("entre o sucesso e a lama"). O álbum, portanto, oferece uma narrativa histórica "desde baixo", a partir da perspectiva daqueles/as que experimentam cotidianamente os efeitos da colonialidade do poder e do ser. Funciona como uma contranarrativa que desestabiliza as representações hegemônicas sobre a pobreza, a violência e a negritude veiculadas pela grande mídia e, muitas vezes, pela própria escola.

O Rap como Historiografia e "Escrevivência":

As letras de rap, como as dos Racionais, podem ser compreendidas como uma forma de historiografia produzida fora dos muros da academia. Elas narram o passado recente e o presente a partir de uma ótica particular, selecionando eventos, interpretando



processos e construindo memórias coletivas para a comunidade que representam. Essa produção se aproxima do conceito de "escrevivência" de Conceição Evaristo (2005), uma escrita que nasce da experiência vivida, especialmente da mulher negra, mas que pode ser estendida a outras vivências subalternizadas, articulando história pessoal e coletiva, corpo, memória e ancestralidade. O rapper, nesse sentido, atua como um "testemunha do seu contexto", cuja palavra carrega o peso da experiência e a urgência da denúncia.

O rap nacional se insere, ainda, nas complexas trocas culturais do Atlântico Negro (GILROY, 2001). Influenciado pelo rap estadunidense, ele não é uma mera cópia, mas uma apropriação e reinterpretação criativa que dialoga com as especificidades do contexto brasileiro. Essa "intimidade diaspórica lúdica" se manifesta nas sonoridades, nos fluxos (flows) e nas temáticas, conectando as lutas e expressões culturais negras através do Atlântico.

Potencialidades Pedagógicas no Ensino de História:

A riqueza narrativa e a relevância social do rap conferem-lhe um enorme potencial pedagógico no ensino de História, especialmente numa perspectiva antirracista e decolonial.

1. **Conexão com a Realidade Discente:** O rap utiliza uma linguagem e aborda temas que dialogam diretamente com a realidade de muitos/as estudantes, sobretudo os/as oriundos/as das periferias. Utilizar o rap em sala de aula pode "fisgar" o interesse dos/as alunos/as, tornando o aprendizado histórico mais significativo e partindo de seus próprios referenciais culturais. Experiências relatadas por educadores/as indicam que o rap pode ser uma "ponte" para engajar turmas que demonstram apatia em relação aos conteúdos tradicionais.
2. **Desenvolvimento do Pensamento Crítico:** Analisar letras de rap como as de "Sobrevivendo no Inferno" permite problematizar temas históricos e sociais complexos como racismo, desigualdade, violência estatal, representações midiáticas e direitos humanos. A linguagem direta e por vezes metafórica do rap convida à interpretação, ao debate e à construção de argumentos, estimulando a criticidade dos/as estudantes.



3. Educação Antirracista e Lei 10.639/03: O rap é uma ferramenta fundamental para trabalhar a história e a cultura afro-brasileira e africana, conforme preconiza a Lei 10.639/03 (alterada pela Lei 11.645/08). Suas letras abordam explicitamente o racismo e suas consequências, valorizam a identidade negra e resgatam aspectos da história de luta e resistência do povo negro. Trabalhar com rap em sala de aula contribui para o "letramento racial crítico", capacitando os/as estudantes a identificar e combater o racismo.

4. Decolonização do Currículo e do Saber: Incorporar o rap no ensino de História é um ato decolonial, pois desafia a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e valida os saberes produzidos nas periferias e por grupos racializados. A música "Pedagoginga", por exemplo, critica diretamente a escola "branqueadora" que "não conta a minha história" e propõe uma conexão com saberes ancestrais afro-brasileiros. Utilizar o rap significa reconhecer "pedagogias outras", metodologias e epistemologias que emergem das lutas e vivências subalternizadas. Isso dialoga com a proposta de uma "Pedagogia Mano Brown" ou um "Paulo Freire de aba reta", que conecta os princípios da educação libertadora com a linguagem e a realidade da periferia.

5. Interculturalidade Crítica na Prática: O uso do rap em sala de aula pode fomentar a interculturalidade crítica ao promover o diálogo entre a cultura escolar e as culturas juvenis periféricas. Ao invés de impor um saber único, o/a professor/a pode mediar um encontro de perspectivas, reconhecendo a validade dos conhecimentos trazidos pelos/as estudantes e construindo pontes entre diferentes universos culturais, sem ignorar as relações de poder envolvidas.

É importante reconhecer que o uso do rap em sala de aula pode apresentar desafios. A linguagem explícita de algumas letras, a abordagem de temas sensíveis como crime e violência, e possíveis resistências institucionais ou de parte dos/as estudantes exigem sensibilidade e planejamento por parte do/a educador/a. No entanto, esses desafios não invalidam o potencial da ferramenta, mas apontam para a necessidade de uma mediação pedagógica cuidadosa, que contextualize as obras e promova um debate respeitoso e crítico.



Em suma, a análise demonstra que o rap, encarnado exemplarmente na obra "Sobrevivendo no Inferno" dos Racionais MC's, transcende a categoria de mero entretenimento. Ele se constitui como um arquivo vivo das experiências negras e periféricas, uma fonte histórica rica e uma ferramenta pedagógica com imenso potencial para dinamizar o ensino de História, promovendo criticidade, reconhecimento identitário e engajamento na luta por uma sociedade antirracista e decolonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação, buscamos demonstrar como o rap, particularmente a obra seminal "Sobrevivendo no Inferno" dos Racionais MC's, representa muito mais do que um gênero musical: configura-se como uma potente fonte histórica, uma narrativa contra-hegemônica e uma ferramenta pedagógica crucial para um ensino de História engajado com as perspectivas decolonial e antirracista. Constatamos que, em um cenário onde a historiografia e o currículo escolar ainda reproduzem silenciamentos e invisibilidades acerca das vivências da população negra e periférica, o rap emerge como um testemunho vital. Suas letras articulam as dores, as lutas e as resistências de sujeitos atravessados pela colonialidade do poder, do saber e do ser, denunciando o racismo estrutural, a violência estatal e a necropolítica que marcam o cotidiano das periferias brasileiras. "Sobrevivendo no Inferno" exemplifica essa força ao traduzir em poesia e ritmo a crueza de uma realidade frequentemente negada ou distorcida pelas narrativas dominantes.

A análise sob a ótica decolonial (QUIJANO, 2005; WALSH, 2009) e da interculturalidade crítica (CANDAU, 2020) permitiu compreender o rap não apenas como objeto de estudo, mas como produtor de conhecimento, uma "escrevivência" (EVARISTO, 2005) que desafia hierarquias epistêmicas e propõe outras formas de ser, saber e sentir o mundo. Nesse sentido, sua incorporação no ensino de História transcende a mera ilustração de conteúdos; trata-se de um ato político-pedagógico que visa descolonizar o currículo e as práticas educativas.

O potencial do rap em sala de aula reside em sua capacidade de conectar-se com as experiências e linguagens dos/as estudantes, especialmente os/as jovens racializados/as e periféricos/as, tornando o aprendizado histórico mais relevante e significativo. A análise crítica de suas letras fomenta o debate sobre questões sociais urgentes, desenvolve habilidades de interpretação e argumentação e contribui decisivamente para uma



educação antirracista, em consonância com as diretrizes legais (Lei 10.639/03) e com a necessidade ética de combater as desigualdades.

Reconhecer a validade pedagógica do rap implica, portanto, em desafiar a própria estrutura da formação docente e os cânones do conhecimento escolar. É preciso que os cursos de licenciatura e as formações continuadas incorporem discussões sobre culturas periféricas e saberes subalternizados, instrumentalizando os/as professores/as para um trabalho interculturalmente crítico. A ideia de uma "Pedagogia Mano Brown" ou de um "Paulo Freire de aba reta" aponta para essa necessidade de articular os princípios da educação libertadora com as epistemologias e linguagens que emanam das ruas.

Este trabalho não esgota as possibilidades de análise e aplicação do rap no ensino de História. Sugere-se a continuidade de pesquisas que explorem a obra de outros/as rappers, incluindo a crescente produção feminina e LGBTQIA+ no gênero, que investiguem diferentes abordagens metodológicas para o trabalho com rap em sala de aula e que avaliem o impacto dessas práticas na formação dos/as estudantes.

Concluimos reafirmando que "Sobrevivendo no Inferno" e o rap de contestação em geral são mais do que música: são arquivos da experiência subalterna, manifestos de resistência e fontes de saber. Integrá-los de forma crítica e reflexiva ao ensino de História é um passo fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva, antirracista e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALBUQUERQUE, Carlos. **O Eterno Verão do Reggae**. São Paulo: Editora 34, 1997.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Edivaldo Monteiro. **Rapensando o ensino de história através da cultura hip hop: experiências pedagógicas em escolas da região metropolitana de Belém-PA (2019-2020)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.



ANTONI, Edson. Estudos Latino-americanos: uma experiência decolonial de currículo e práticas. In: PAIM, E. A.; ARAUJO, H. M.; MIRANDA, C. (Orgs.). **Em Busca de Histórias Outras**: perspectivas decoloniais na América Latina. Curitiba: WA, 2022. p. 299-314.

ARAUJO, Helena M. Narrativas e memórias outras no ensino de História. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Pedagogias decoloniais e interculturalidade**: insurgências. Rio de Janeiro: APOENA, 2020. p. 193-203.

BARBOSA, Esdras da Silva. **Ensino de História e RAP**: classe, raça e gênero como possibilidades de diálogo nas aulas de História. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...], para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...], para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...], para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BROWN, Mano. Fórmula Mágica da Paz. In: RACIONAIS MC's. **Nada como um Dia após o Outro Dia**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. CD 2, Faixa 8.

